



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo G07, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O debate sobre a preservação do planeta e sua exploração tem se tornado cada vez mais acirrado e confuso. Cientistas que pregam a seriedade do aquecimento global são acusados de alarmismo. Por outro lado, os que afirmam que não há provas conclusivas para de fato defender a tese de que a Terra está aquecendo devido à emissão de gases poluentes são acusados de serem vendidos às indústrias ou ao menos tendenciosos em suas conclusões.

Manchetes dizem que a década de 1990 foi a mais quente do século (foi), que o ciclo do El Niño, que marca o aquecimento das águas do Pacífico perto do Peru, está desregulado (está), que as calotas polares estão descongelando a taxas muito altas (estão), que os níveis de poluição em países de rápida industrialização, como a China e a Índia, estão se tornando intoleráveis (estão), que o desmatamento acelerado das grandes florestas, incluindo as nossas, provocará instabilidades climáticas por todo o planeta (provocará), enfim, notícias que causam medo, talvez até pânico. Fica difícil saber em que acreditar, especialmente porque construir uma nova conscientização global de preservação do planeta pode exigir mudanças custosas em informar e educar a população, em monitorar indústrias e plantações, em controlar os esgotos, o lixo, as emissões dos carros, caminhões, navios, aviões.

O que fazer? Existem três possibilidades. Uma é deixar para lá essa história de tomar conta do planeta e nos preocuparmos só quando o problema for realmente óbvio e irremediável. Péssima escolha. Outra é tentar filtrar do mundo de informações que recebemos as que de fato são confiáveis e não tendenciosas. Essa possibilidade é meio difícil pois, a menos que sejamos especialistas no assunto, não saberemos, de início, em quem acreditar. A terceira, que me parece a mais sábia, é usar o bom senso.

Talvez uma analogia entre a Terra e a nossa casa seja útil. Começamos com a casa limpa, abastecida, e com o número ideal de pessoas para que todos possam viver com conforto. O número de pessoas cresce, o espaço aperta, a demanda por água e alimentos aumenta. Um número maior de

pessoas implica aumento de consumo de energia e maior produção de lixo. A solução é impor algumas regras, reduzir o lixo e o consumo de energia. Caso contrário, a casa original rapidamente não daria conta da demanda crescente dos seus habitantes.

A Terra é bem maior do que uma casa, mas também é finita. A atmosfera, os oceanos e o solo reciclam eficientemente a poluição e o lixo que criamos. Mas todo sistema finito tem um limite. Não há dúvida de que, se não mudarmos o modo como usamos e abusamos do planeta, chegaremos a esse limite. Infelizmente, a ciência ainda não pode prever exatamente quando isso vai ocorrer. Mas ela, juntamente com o bom senso, afirma que é mera questão de tempo.

(Adaptado de Marcelo Gleiser. **Folha de S. Paulo, Mais!**, 30 de abril de 2006, p. 9)

1. O autor deixa claro, no texto, que
 - (A) o exagero existente nas informações que recebemos, mesmo que elas venham de cientistas, tende a diminuir a importância de suas conclusões.
 - (B) os dados obtidos sobre aquecimento global nos permitem ainda certa tranquilidade, descartando, no momento, a necessidade de medidas preventivas.
 - (C) o debate sobre aquecimento global perde sua força, no momento, diante da ocorrência de certos fenômenos climáticos relevantes, em todo o planeta.
 - (D) a solução para os desafios impostos aos cientistas está na conscientização da população sobre o uso indiscriminado de substâncias poluentes.
 - (E) a poluição decorrente da atividade humana tem provocado alterações climáticas significativas em todo o planeta e deve, portanto, ser controlada.

2. A repetição de verbos de algumas frases do 2º parágrafo, colocados entre parênteses, tem por objetivo
 - (A) criticar a publicação de manchetes alarmistas em todo o mundo, com informações tendenciosas.
 - (B) apontar a comprovação da ocorrência de fenômenos climáticos diversos, que se tornaram preocupantes, em todo o planeta.
 - (C) justificar as divergências que se instalaram entre cientistas e os meios de comunicação, quanto à preservação do planeta.
 - (D) estabelecer dúvidas quanto à veracidade das informações prestadas, tanto por pesquisadores, quanto pelos órgãos de divulgação, no mundo todo.
 - (E) introduzir novos dados na polêmica sobre a importância da preservação do planeta, debate em que há cada vez maior discordância.

3. Considere as afirmativas abaixo:

- I. O pânico decorrente da impossibilidade geral de crença no que diz a ciência é a melhor forma de propiciar a ação de pessoas, no sentido de preservar o meio ambiente em várias regiões do planeta.
- II. O bom senso apregoado no texto (3º e último parágrafos) está na aceitação do que dizem os cientistas ao prever, até mesmo com relativo acerto, os limites aceitáveis de agressão ao meio ambiente.
- III. O objetivo da analogia feita entre a Terra e uma simples casa (4º parágrafo) é comprovar uma necessária tomada de consciência quanto aos sinais emitidos por uma natureza já bastante agredida pela ação do homem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

4. Nas transcrições abaixo de segmentos do texto observa-se um fato e não somente uma opinião em:

- (A) *Péssima escolha.*
- (B) *Essa possibilidade é meio difícil ...*
- (C) *... que me parece a mais sábia ...*
- (D) *Mas todo sistema finito tem um limite.*
- (E) *Infelizmente, a ciência ainda não pode prever exatamente quando isso vai ocorrer.*

5. ... pois, a menos que sejamos especialistas no assunto, não saberemos, de início, em quem acreditar. (3º parágrafo)

A frase grifada acima estabelece uma no contexto, e pode ser substituída, com o mesmo sentido original, por

As lacunas da afirmativa acima estão preenchidas de forma correta, respectivamente, por:

- (A) conclusão - ainda que sejamos
- (B) explicação - em que pese o fato de sermos
- (C) causa - tendo em vista que somos
- (D) finalidade - para que sejamos
- (E) ressalva - exceto se formos

6. ... enfim, notícias que causam medo, talvez até pânico. (2º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) ... que marca o aquecimento das águas do Pacífico perto do Peru ...
- (B) ... só quando o problema for realmente óbvio e irremediável.
- (C) ... a demanda por água e alimentos aumenta.
- (D) ... chegaremos a esse limite.
- (E) ... que é mera questão de tempo.

7. ... que não há provas conclusivas para de fato defender a tese de que a Terra está aquecendo ... (1º parágrafo)

A frase cuja lacuna está corretamente preenchida pela mesma expressão grifada acima é:

- (A) Especialistas afirmam, de fato, está ocorrendo aquecimento global nas últimas décadas.
- (B) Sabe-se o desmatamento acelerado de grandes florestas tem alterado o ciclo de chuvas nessas áreas.
- (C) Amplia-se a certeza a atividade humana é a responsável imediata pela ocorrência de catástrofes climáticas.
- (D) Em todo o mundo surgem medidas buscam o controle da emissão de poluentes na atmosfera, no solo e nos rios e mares.
- (E) Acredita-se a conscientização da necessária preservação do meio ambiente provoque mudanças de comportamento em todo o mundo.

8. O verbo corretamente flexionado está grifado na frase:

- (A) Proporam-se medidas de caráter emergencial para controle das emissões de gases poluentes na atmosfera.
- (B) Medidas de controle da poluição atmosférica foram tomadas pelos especialistas, para satisfazerem exigências legais.
- (C) Diante do rompimento da tubulação de esgotos, as autoridades preveram um surto de moléstias infecciosas na região.
- (D) A chuva excessiva fez transbordar o córrego, de onde adviram inundações e mortes com o alagamento da área urbana.
- (E) Especialistas ateram-se à observação de certos fenômenos climáticos para chegar à iminência de catástrofes em algumas regiões do planeta.

<p>9. A concordância verbo-nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) Diante de fenômenos climáticos inesperados, os cientistas, acusados de alarmistas, alertam para a necessidade de controle das atividades poluidoras do meio ambiente.</p> <p>(B) Embora se observe sinais evidentes do aquecimento global, não existe consenso entre alguns especialistas, que os considera um problema que pode ser adiado indefinidamente.</p> <p>(C) A demanda crescente de energia, devido à expansão do número de habitantes no planeta, geram agressão ao meio ambiente e resultam em efeitos que vem prejudicar a saúde dos seres humanos.</p> <p>(D) Existe várias causas, já confirmadas cientificamente, para a ocorrência de catástrofes naturais, porém fica claro a responsabilidade do homem, cujas ações é fator desencadeante da maioria delas.</p> <p>(E) A atividade industrial, com as emissões de gases poluentes, são fatores que comprometem de forma irremediável a qualidade do ar que se respiram nos grandes aglomerados urbanos.</p>	<p>11. É um tipo de memória que dá suporte ao processador na execução das tarefas:</p> <p>(A) EEPROM</p> <p>(B) ROM</p> <p>(C) RAM</p> <p>(D) EDO</p> <p>(E) CMOS</p>
<p>10. <i>Posições divergentes se verificam no debate sobre a preservação do planeta.</i></p> <p><i>Cientistas pregam a seriedade do aquecimento global e são acusados de alarmistas.</i></p> <p><i>Cientistas não encontram provas conclusivas de que ocorre o aquecimento global.</i></p> <p>As frases acima articulam-se em um único período, com correção, clareza e lógica da seguinte maneira:</p> <p>(A) Com as posições divergentes se verificam no debate sobre a preservação do planeta: cientistas os quais não encontram provas que concluem a respeito do aquecimento global, no entanto, cientistas pregam a seriedade desse aquecimento global e são acusados de alarmistas.</p> <p>(B) Cientistas pregam a seriedade do aquecimento global, sendo acusados de alarmistas e cientistas que não encontram provas conclusivas a respeito do aquecimento global: isso tudo que refletem nas posições divergentes que se contraria no debate sobre a preservação do planeta.</p> <p>(C) O debate sobre a preservação do planeta se verificam nas posições que divergem os cientistas; por um lado, pregando a seriedade do aquecimento global acusados de alarmistas, de outro, cientistas não encontram provas conclusivas a respeito do aquecimento global.</p> <p>(D) No debate sobre a preservação do planeta, verificam-se posições divergentes entre cientistas: de um lado, os que pregam a seriedade do aquecimento global e são acusados de alarmistas; de outro, aqueles que não encontram provas conclusivas de que esteja ocorrendo tal aquecimento.</p> <p>(E) Cientistas que pregam a seriedade do aquecimento global, são acusados de alarmistas enquanto que outros cientistas, os quais não encontram provas a respeito do aquecimento global, que é conclusivo, é as posições divergentes verificadas no debate sobre a preservação do planeta.</p>	<p>12. Ao ser enviado um e-mail,</p> <p>(A) os destinatários devem estar previamente cadastrados no catálogo de endereços.</p> <p>(B) para que o destinatário que receberá uma cópia não seja revelado, seu endereço deve ser colocado no campo CC.</p> <p>(C) o campo Assunto é obrigatório.</p> <p>(D) somente arquivos contendo documentos e planilhas podem ser anexados.</p> <p>(E) o campo Assunto pode ser omitido.</p>
	<p>13. Nativamente, o Windows XP conta com dois editores de texto, acessados através do menu <i>Iniciar>Programas>Acessórios</i>. São eles:</p> <p>(A) <i>WordPad</i> e <i>Paint</i>.</p> <p>(B) <i>Word</i> e <i>Paint</i>.</p> <p>(C) <i>WordPad</i> e <i>Word</i>.</p> <p>(D) Bloco de Notas e <i>WordPad</i>.</p> <p>(E) Bloco de Notas e <i>Word</i>.</p>
	<p>14. Quanto ao <i>Microsoft Word</i>, considere os itens abaixo.</p> <p>I. A barra de Menu <i>Inserir</i> permite inserir símbolos especiais.</p> <p>II. O <i>Word</i> oferece dois níveis de proteção: somente leitura e protegido por senha.</p> <p>III. Para inserir uma caixa de texto, é preciso seguir o caminho <i>Formatar>Inserir caixa de texto</i>.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>

<p>15. Com relação à Internet e Intranet, é correto afirmar que:</p> <p>(A) o FTP (<i>File Transfer Protocol</i>) é um serviço da Internet para a transferência de arquivos.</p> <p>(B) Internet é sinônimo de <i>World World Web</i> ou rede mundial de computadores.</p> <p>(C) numa Intranet cada computador da organização precisa ter seu endereço reconhecido na Internet.</p> <p>(D) <i>Gateway</i>, roteador e modem ADSL são aparelhos com funções específicas na Intranet.</p> <p>(E) a Internet faz uso do protocolo de comunicação HTTP, enquanto a Intranet utiliza o protocolo HTTPS.</p>	<p>18. Inspirados no clássico autor Schellenberg, os manuais de Arquivologia costumam definir os procedimentos da área comparando-os aos praticados pelas demais instituições de custódia de documentos. Nessa linha de abordagem, é possível afirmar que os arquivos,</p> <p>(A) ao contrário das bibliotecas, reúnem documentos desprovidos de autonomia.</p> <p>(B) ao contrário dos museus, não dispõem de documentos iconográficos.</p> <p>(C) ao contrário das bibliotecas, só comportam documentos manuscritos e dactiloscritos.</p> <p>(D) à semelhança dos museus, têm uma função social de lazer e entretenimento.</p> <p>(E) à semelhança dos centros de documentação, organizam seu universo documental a partir de descritores e palavras-chave.</p>
<p>16. Considerando as características dos arquivos em cada etapa de seu ciclo vital, pode-se afirmar que</p> <p>(A) os documentos da fase intermediária correspondem aos que foram gerados no desempenho das atividades-fim da instituição de origem.</p> <p>(B) a frequência de uso e a validade das disposições contidas nos documentos constituem critérios para a configuração dos depósitos de primeira e segunda idades.</p> <p>(C) o processo de avaliação decorre da transferência, isto é, da passagem dos documentos da fase intermediária para a permanente, depois de cumpridos os prazos estabelecidos nas tabelas de temporalidade.</p> <p>(D) o instrumento de pesquisa típico da fase corrente é o guia, por oferecer uma visão panorâmica das principais séries documentais que integram o acervo.</p> <p>(E) os critérios de classificação dos documentos correntes devem ser substituídos, nas instituições de custódia permanente, por aqueles que privilegiam temas ligados à pesquisa histórica.</p>	<p>19. Contrato, contrato de prestação de serviços, minuta, disco magnético e livro são, respectivamente, exemplos de</p> <p>(A) grupo, subgrupo, técnica de registro, formato e suporte.</p> <p>(B) gênero, série, forma, suporte e espécie.</p> <p>(C) série, subsérie, gênero, forma e tipo.</p> <p>(D) espécie, tipo, forma, suporte e formato.</p> <p>(E) fundo, grupo, série, gênero e forma.</p>
<p>17. Dentre as atividades desenvolvidas pelos serviços de protocolo incluem-se</p> <p>(A) a redação de ofícios e seu encaminhamento.</p> <p>(B) a elaboração de tabelas de temporalidade e a eliminação de documentos desprovidos de valor.</p> <p>(C) o calendário de eventos e a programação cultural da instituição.</p> <p>(D) a microfilmagem e a digitalização de arquivos de valor intermediário.</p> <p>(E) o registro e a movimentação de documentos.</p>	<p>20. O conceito de instrumento de pesquisa, no âmbito dos arquivos permanentes, é aplicado, com exclusividade, a</p> <p>(A) mecanismos de controle topográfico do acervo, para fins de preservação dos documentos mais antigos.</p> <p>(B) transcrições integrais de documentos isolados, para efeitos de sua eventual publicação.</p> <p>(C) obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve fundos, grupos, séries e peças documentais.</p> <p>(D) formas seletivas de descrição, com a perspectiva de disponibilizar repertórios dos documentos mais importantes do acervo.</p> <p>(E) bancos de dados e outros produtos do advento da tecnologia da informação.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. É direito da trabalhadora urbana ou rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de

- (A) 60 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 100 dias.
- (D) 120 dias.
- (E) 180 dias.

22. Considere:

- I. Partido Político com representação no Congresso Nacional.
- II. A Mesa de Assembléia Legislativa.
- III. Advocacia Geral da União.
- IV. Confederação sindical.
- V. Conselho Nacional de Justiça.

Possuem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, os indicados APENAS em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, III e V.

23. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) educação, cultura, ensino e desporto.
- (B) florestas, caça, pesca e fauna.
- (C) produção e consumo.
- (D) direito penitenciário e urbanístico.
- (E) trânsito e transporte.

24. Considere as afirmativas abaixo acerca dos partidos políticos.

- I. Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- II. Os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade estrangeira.
- III. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
- IV. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário, na forma da lei.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III, IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

25. No que concerne aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar:

- (A) É possível o ingresso na casa de um indivíduo, em qualquer horário, desde que haja determinação judicial.
- (B) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo necessária expressa autorização da autoridade competente.
- (D) A autoridade competente poderá utilizar-se de propriedade particular, no caso de eminente perigo público, assegurada a indenização posterior ao proprietário, independentemente da ocorrência de dano.
- (E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há no mínimo dois anos.

26. De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, são fundamentos da República Federativa do Brasil a

- (A) dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a defesa da paz, a independência nacional e a igualdade entre os Estados.
- (B) soberania, a cidadania, a independência nacional, a dignidade da pessoa humana e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (C) soberania, a independência nacional, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a defesa da paz.
- (D) cidadania, a dignidade da pessoa humana, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, a independência nacional e a defesa da paz.
- (E) soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

27. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal será composto de membros, do Ministério Público e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, e, com mais de

- (A) oito anos de carreira ou efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (B) dez anos de carreira ou efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (C) cinco anos de carreira ou efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) dez anos de carreira ou efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (E) cinco anos de carreira ou efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

<p>28. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído, bem como seus parentes consangüíneos ou afins, até o</p> <p>(A) terceiro grau ou por adoção, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, inclusive se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.</p> <p>(B) terceiro grau ou por adoção, dentro dos três meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.</p> <p>(C) segundo grau ou por adoção, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.</p> <p>(D) segundo grau ou por adoção, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, inclusive se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.</p> <p>(E) segundo grau ou por adoção, dentro dos três meses anteriores ao pleito, inclusive se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.</p>	<p>32. É do Juiz Eleitoral a competência para designação dos membros das mesas receptoras de votos. Dentre outros, poderão ser nomeados Mesários</p> <p>(A) parentes por afinidade de candidatos, até o segundo grau, inclusive.</p> <p>(B) advogados e jornalistas pertencentes à própria Seção Eleitoral.</p> <p>(C) membros de Diretórios de partido com função executiva.</p> <p>(D) autoridades e agentes policiais.</p> <p>(E) funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo.</p>
<p>29. O Tribunal Superior Eleitoral, com jurisdição em todo o território nacional, é composto por Ministros do Supremo Tribunal Federal, advogados e</p> <p>(A) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, mediante eleição e pelo voto secreto.</p> <p>(B) dois juízes dos Tribunais Regionais Federais dos Estados, escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) dois representantes do Ministério Público Federal, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal.</p> <p>(D) dois representantes dos partidos políticos, nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(E) dois Juízes dos Tribunais de Justiça dos Estados, escolhidos pelo Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>33. As sobras de recursos financeiros de campanha serão</p> <p>(A) obrigatoriamente, recolhidas aos cofres públicos, como renda da União, para custeio da Justiça Eleitoral.</p> <p>(B) utilizadas pelos partidos políticos, no todo ou em parte, para financiar a propaganda partidária paga no rádio e na televisão.</p> <p>(C) destinadas pelos partidos políticos, de forma integral e exclusiva a entidades beneficentes ou campanhas de combate à fome.</p> <p>(D) utilizadas pelos partidos políticos, no todo ou em parte, para custear a respectiva organização e funcionamento.</p> <p>(E) utilizadas pelos partidos políticos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.</p>
<p>30. A competência para processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Senador é</p> <p>(A) do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) das Juntas Eleitorais.</p> <p>(C) da Corregedoria Regional Eleitoral.</p> <p>(D) dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) da Corregedoria-Geral Eleitoral.</p>	<p>34. A respeito do ato de votar, é correto afirmar que</p> <p>(A) poderão votar fora das respectivas seções os candidatos a Prefeitos, em qualquer seção do Município, desde que dele sejam eleitores.</p> <p>(B) poderá votar fora da respectiva seção o Presidente da República, que, nas eleições presidenciais, poderá votar em qualquer Seção Eleitoral do País.</p> <p>(C) poderão votar fora das respectivas seções os Governadores, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual.</p> <p>(D) nas seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação.</p> <p>(E) poderão votar fora das respectivas seções os candidatos a Vereador, em qualquer seção do Município, desde que dele sejam eleitores.</p>
<p>31. O alistamento eleitoral é</p> <p>(A) obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos.</p> <p>(B) facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os analfabetos e obrigatório para os maiores de 70 anos.</p> <p>(C) obrigatório para os analfabetos e maiores de 70 anos e facultativo para os estrangeiros naturalizados brasileiros.</p> <p>(D) facultativo para os analfabetos, para os estrangeiros naturalizados brasileiros e para os maiores de 70 anos.</p> <p>(E) facultativo para os analfabetos e obrigatório para os estrangeiros naturalizados brasileiros e maiores de 70 anos.</p>	

<p>35. A apuração das eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual compete</p> <p>(A) ao Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.</p> <p>(B) ao Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) aos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(D) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral, e Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.</p> <p>(E) aos Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral, respectivamente.</p>	<p>39. É correto afirmar que a coligação partidária</p> <p>(A) observará que cada partido integrante conserve sua independência no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses partidários.</p> <p>(B) poderá inscrever candidatos de qualquer partido dela integrante, sem necessidade de proporcionalidade com o número de Partidos coligados.</p> <p>(C) usará, obrigatoriamente, sob a sua denominação, na propaganda para a eleição proporcional, as legendas de todos os partidos que a compõem.</p> <p>(D) terá denominação própria, que não poderá se constituir na junção de todas as siglas dos partidos que a integram.</p> <p>(E) usará, facultativamente, sob a sua denominação, na propaganda para a eleição majoritária, as legendas de todos os partidos que a compõem.</p>
<p>36. É certo que a diplomação</p> <p>(A) tem natureza declaratória.</p> <p>(B) tem natureza constitutiva.</p> <p>(C) é ato administrativo.</p> <p>(D) é ato de Corregedoria Eleitoral.</p> <p>(E) tem natureza executiva.</p>	<p>40. É INCORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) A revogação do ato administrativo produz efeito <i>ex nunc</i>.</p> <p>(B) Uma das conseqüências da presunção de legitimidade do ato administrativo é a transferência do ônus da prova da sua invalidade para quem a invoca.</p> <p>(C) É nulo o ato administrativo quando editado sem a forma prevista em lei.</p> <p>(D) A revogação do ato administrativo pressupõe a sua legalidade e pode ser determinada em razão do poder discricionário da Administração Pública.</p> <p>(E) Atos de império ou de autoridade são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam na Administração Pública.</p>
<p>37. A respeito da fiscalização perante as Mesas Receptoras, é certo que podem permanecer na cabina de votação</p> <p>(A) os candidatos e um fiscal de cada partido.</p> <p>(B) os candidatos, um fiscal e um delegado de cada partido.</p> <p>(C) o eleitor, durante o tempo necessário à votação.</p> <p>(D) os candidatos e um delegado de cada partido.</p> <p>(E) um fiscal e um delegado de cada partido.</p>	<p>41. Há situações em que a lei permite ao agente público agir com certa liberdade de escolha, especialmente quanto à conveniência e oportunidade. Essa idéia está relacionada com o conceito consagrado na doutrina do ato</p> <p>(A) vinculado.</p> <p>(B) discricionário.</p> <p>(C) arbitrário.</p> <p>(D) de império.</p> <p>(E) de gestão.</p>
<p>38. A respeito das garantias eleitorais, considere:</p> <p>I. Os membros das Mesas Receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito.</p> <p>II. O eleitor não é parte legítima para pedir a abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.</p> <p>III. Aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante os 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>42. São requisitos ou condições de validade do ato jurídico:</p> <p>(A) forma, imperatividade, motivo, finalidade e objeto.</p> <p>(B) competência, auto-executoriedade, imperatividade, objeto e finalidade.</p> <p>(C) competência, motivo, objeto, auto-executoriedade e forma.</p> <p>(D) forma, motivo, finalidade, objeto e competência.</p> <p>(E) finalidade, motivo, imperatividade, auto-executoriedade e forma.</p>

43. Sobre licitação, considere as afirmativas abaixo.

- I. A licitação, quando exigível, é procedimento administrativo que antecede o contrato administrativo.
- II. O procedimento da licitação pode ser sigiloso e, em algumas situações, é aceitável critério subjetivo.
- III. A licitação é um procedimento indispensável em qualquer hipótese para que a Administração Pública possa comprar um produto, realizar uma obra ou contratar um serviço.
- IV. O procedimento licitatório é sempre público, não se admitindo quaisquer critérios sigilosos ou subjetivos.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

44. No decorrer da execução de contrato de obra pública, quando a contratada, sem nenhuma causa justificadora, dá ensejo a diversos atrasos na execução do cronograma definido, deverá a Administração

- (A) rescindir unilateralmente o contrato.
- (B) rescindir amigavelmente o contrato.
- (C) revogar o contrato.
- (D) anular o contrato.
- (E) rever o contrato.

45. No contrato administrativo, a vedação ao contratado de, sem previsão no edital, ceder total ou parcialmente os direitos contratuais e o cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Pública, refere-se à característica especial da

- (A) cláusula exorbitante.
- (B) inalterabilidade.
- (C) finalidade pública.
- (D) adesividade.
- (E) intransferibilidade.

46. É INCORRETO afirmar:

- (A) É permitido, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada de contrato administrativo, mediante o pagamento dos emolumentos.
- (B) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (C) No contrato administrativo pode constar prazo de vigência indeterminado.
- (D) A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.
- (E) Quando a rescisão do contrato administrativo for motivada por razões de interesse público, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

47. Daisy, psicóloga, possui um grupo de terapia com adolescentes e adultos. No grupo encontra-se Mário, 15 anos de idade, que está com depressão leve; Maria, 30 anos, que é pródiga; Matheus, 21 anos, que é viciado em tóxico e Joana, 25 anos, que é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. De acordo com o Código Civil brasileiro, considera-se absolutamente incapaz(es) de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) Mário e Maria.
- (B) Maria e Matheus.
- (C) Mário, Matheus e Joana.
- (D) Joana.
- (E) Mário.

48. Maria, artista circense, nasceu em Salvador. Maria faz espetáculos por todo o Brasil, com a companhia de circo de que faz parte. Considerando que seu marido e filho residem em Olinda e que seus ascendentes mais próximos residem em Ilhéus, ter-se-á por domicílio de Maria

- (A) a cidade de Ilhéus.
- (B) o local em que for encontrada.
- (C) apenas a cidade de Salvador.
- (D) apenas a cidade de Olinda.
- (E) as cidades de Salvador ou Olinda.

49. Considere as afirmativas abaixo a respeito das diferentes classes de bens.

- I. Os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- II. São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- III. Constitui uma universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- IV. São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

<p>50. De acordo com o Código Civil brasileiro, constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Com relação às associações é correto afirmar que:</p> <p>(A) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.</p> <p>(B) É facultado ao estatuto das associações conter a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.</p> <p>(C) Os associados devem ter iguais direitos, não podendo o estatuto instituir categorias com vantagens especiais.</p> <p>(D) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.</p> <p>(E) É facultado ao estatuto das associações conter os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados.</p>	<p>53. Afrodite, técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe, estando no exercício do cargo há mais de dez anos, aceitou um emprego em empresa estatal do Chile, país no qual tem alguns familiares. Nesse caso, Afrodite estará sujeito à pena de</p> <p>(A) expulsão.</p> <p>(B) demissão.</p> <p>(C) exoneração.</p> <p>(D) cassação.</p> <p>(E) remoção.</p>
<p>51. Mário resolveu mudar-se do Estado da Bahia para o Paraná, uma vez que sua fábrica não estava dando lucro. Tendo em vista que só possuía direito real sobre um terreno na cidade de Curitiba, resolveu levar a casa pré-fabricada que residia, fechar sua fábrica e demolir o prédio onde estava sediada. Neste caso é (são) considerado (s), bem (s) imóvel (is) para efeitos legais</p> <p>(A) a casa pré-fabricada de Mário e o direito real que ele possui sobre o terreno.</p> <p>(B) apenas a casa pré-fabricada de Mário.</p> <p>(C) a casa pré-fabricada de Mário e os materiais provenientes da demolição do prédio de sua empresa.</p> <p>(D) apenas os materiais provenientes da demolição do prédio de sua empresa.</p> <p>(E) o direito real que ele possui sobre o terreno e os materiais provenientes da demolição do prédio de sua empresa.</p>	<p>54. É INCORRETO afirmar que, nos processos administrativos no âmbito da Administração Federal, será observado o critério, entre outros, de</p> <p>(A) atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de competência, salvo autorização em lei.</p> <p>(B) vedar a imposição de sanções em medida superior àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse público.</p> <p>(C) adoção de formas simples, suficientes para propiciar, também, adequado grau de respeito aos administrados.</p> <p>(D) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.</p> <p>(E) publicidade transparente, com divulgação oficial dos atos administrativos em quaisquer hipóteses.</p>
<p>52. Tendo em vista os direitos do servidor público federal e no que tange aos aspectos de sua remuneração, é correto afirmar que</p> <p>(A) a remuneração poderá, em qualquer caso, ser objeto de arresto, desde que haja processo judicial em andamento.</p> <p>(B) as faltas decorrentes de caso fortuito poderão ser compensadas, mas não serão consideradas como de efetivo exercício.</p> <p>(C) o servidor em débito com o erário, que for demitido, terá o prazo de trinta dias para quitar o débito.</p> <p>(D) o servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado e, de regra, a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos.</p> <p>(E) é sempre permitida a incidência de descontos sobre a remuneração do servidor quando estiver na situação de devedor.</p>	<p>55. Em matéria de vacância de cargo público federal, Apolo, servidor público tomou posse em cargo efetivo. Nesse caso, deverá ter conhecimento de que a exoneração desse cargo dar-se-á, também, quando</p> <p>(A) sendo nomeado, o servidor não apresentou atestado de residência no prazo de quinze dias do ato de nomeação.</p> <p>(B) tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo de trinta dias contados da posse.</p> <p>(C) tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.</p> <p>(D) a critério da autoridade competente, o servidor deixar de atender as condições para entrar em exercício.</p> <p>(E) estiver demonstrada a impossibilidade de transferência do servidor para outra localidade.</p> <p>56. Nos termos do seu Regimento Interno, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe caberá ao</p> <p>(A) Juiz mais antigo das Classes de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Federal, alternadamente.</p> <p>(B) Corregedor Regional Eleitoral, eleito em pleito antecedente à eleição de Presidente.</p> <p>(C) integrante da Classe de Juiz de Direito ou Juiz Federal, escolhido por escrutínio secreto, mediante cédula oficial da qual constem, no mínimo, três nomes.</p> <p>(D) integrante de qualquer Classe, eleito em escrutínio aberto para o cargo específico de Vice-Presidente.</p> <p>(E) Desembargador que não for eleito Presidente.</p>

57. Quanto aos serviços gerais do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, considere as afirmativas abaixo.

- I. A distribuição será feita por classes e, nessas, alternadamente, de modo a assegurar a equivalência dos trabalhos, por rodízio, entre os Juízes do Tribunal.
- II. No caso de impedimento, suspeição, licença ou férias do Juiz, será redistribuído o feito, vedada ulterior compensação.
- III. As distribuições que forem feitas por dependência ou urgência em plantão não serão compensadas.
- IV. As petições dirigidas ao Presidente, relacionadas com processos já distribuídos e em tramitação, serão diretamente encaminhadas ao respectivo Relator.
- V. Publicar-se-á, trimestralmente, no Diário da Justiça, a estatística dos feitos distribuídos, observando-se a ordem crescente de antigüidade.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e V.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e V.

58. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, ressalvado o julgamento dos processos de registro de candidatos, na discussão e decisão dos feitos judiciais constantes da pauta, observar-se-á, em regra, a seguinte ordem:

- (A) *habeas data*, mandados de segurança, mandados de injunção, recursos interpostos e *habeas corpus*.
- (B) *habeas corpus*, *habeas data*, mandados de segurança, mandados de injunção e recursos interpostos.
- (C) mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data*, mandados de injunção e recursos interpostos.
- (D) recursos interpostos, mandados de segurança, mandados de injunção, *habeas data* e *habeas corpus*.
- (E) mandados de injunção, recursos interpostos, mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.

59. Quando se tratar de julgamento contra a expedição de diploma e ação de perda de mandato eletivo, cada parte, inclusive o Procurador Regional Eleitoral, regimentalmente, poderá apresentar sustentação oral pelo tempo máximo de

- (A) cinco minutos.
- (B) dez minutos.
- (C) quinze minutos.
- (D) vinte minutos.
- (E) vinte e cinco minutos.

60. O Procurador Regional Eleitoral, nas representações e reclamações submetidas ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe que não houver formulado, após o decurso do prazo para informações, terá vista dos autos por

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) vinte e quatro horas.
- (E) quarenta e oito horas.